

A polissemia do conceito de violência

Dráusio Vicente Camarnado Junior*, Wilza Vieira Villela**

Introdução

A violência tem recentemente ocupado a atenção dos estudiosos da saúde, em função do seu potencial de ameaça à vida. Segundo Agudelo (1990),

“a violência representa um grande risco para a realização do processo vital humano, pois ela ameaça a vida, altera a saúde, produz doenças e provoca a morte, como realidade ou como possibilidade.”

Sua compreensão exige o reconhecimento de que se trata de um fenômeno mundial, histórico e multifatorial, enredado às questões macrossociais e estruturais, gerando embates e controvérsias entre os variados campos do saber e fazendo emergir a polissemia de repertórios quando dos discursos concernentes ao tema.

Diversos autores têm se debruçado na investigação da violência, gerando uma diversidade de conceituações, o que aponta para a sua complexidade bem como sua permanência e transformação histórico-social.

Odalía (1983), afirma que: *o viver em sociedade foi sempre um viver violento. Por mais que recuemos no tempo, a violência está sempre presente, ela sempre aparece em suas várias faces.* O autor faz referências aos nossos ancestrais – os homínídeos – que para sobreviver suprimam suas debilidades físicas construindo artefatos de defesa e ataque. Diante de um mundo hostil, foi a capacidade de produzir violência, numa escala até então desconhecida pelos outros animais, que garantiu a sobrevivência dos nossos ancestrais. Porém, ao pensar o homem que vive em sociedades complexas e diferenciadas, Odalía (1983), assinala que a violência ganha contornos diferentes:

(...) ela não se exercita simplesmente como uma defesa para a sobrevivência; ela se delinea diferentemente, recobre-se de formas sutis. (...) ela de alguma forma se enriquece para ser uma decorrência da maneira pela qual o homem passa a organizar sua vida em comum com outros homens.

Corbisier (1991), ao discorrer sobre as raízes da violência, argumenta que o ser humano começa onde o animal acaba, mas nem por isso deixa de ser também animal, embora racional. Ao tomar a racionalidade como diferença que o distingue, o autor não assume que o ser

humano seja sempre racional ou comporte-se racionalmente. O homem pode comportar-se racionalmente, mas tal comportamento não é necessário, e sim depende de sua liberdade:

(...) o homem não é apenas razão, porque, se fosse razão pura, comportar-se-ia sempre racionalmente, e a história não seria o que tem sido, história de crimes, massacres, torturas, guerra etc. (CORBISIER, 1991, p.6)

Michaud (1989), ao tratar do tema, procurou explorar em dicionários os sentidos da violência e a sua etimologia. Deparou-se com dois aspectos: um elemento de força física, identificável por seus efeitos, e outro de transgressão, vinculado ao dano a uma ordem normativa. O autor comenta que como dano físico, a violência é facilmente identificável; porém, como violação de normas, quase qualquer coisa pode ser considerada uma violência. Salienta que alguns autores procuram defini-la de forma objetiva, levando em conta apenas os fatos e atos de violência com contornos e efeitos definidos, ignorando estados de violência mais insidiosos. Embora admitindo a dificuldade em definir violência, procura apresentar uma definição que contemple tanto os estados quanto os atos de violência:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (Michaud, 1989: 10-11).

Rifiotis (1998), assinala que a violência é uma construção social ambígua, cujo significado social está sempre em mudança. O autor, quando trata do fenômeno, não se refere apenas às realidades concretas mas a um sistema de classificação e de significação que orienta a percepção das pessoas sobre o fenômeno:

“Quando procuramos circunscrever o campo semântico da palavra violência, deparamo-nos com um jogo de linguagens onde diferentes tipos de fenômenos são aproximados, enredados numa teia discursiva cuja amplitude equivale a uma visão de

* Psicólogo, doutorando do Programa de Pós Graduação em Infecções e Saúde Pública da CIP. Área de Concentração: Saúde Coletiva.

** Doutora em Medicina Preventiva. Pesquisadora do Núcleo de Investigação em Cidadania e Saúde, Instituto de Saúde.

mundo. Assim, aquilo que chamamos de violência recobre fenômenos muito diferentes que não podem ser reduzidos ao crime e à violência institucional.”

Ainda, conforme Minayo e Souza (1999),

“(…) é muito difícil conceituar a violência, principalmente por ser ela, por vezes, uma forma própria de relação pessoal, política, social e cultural; por vezes uma resultante das interações sociais; por vezes ainda, um componente cultural naturalizado. “(p.10)

Embora apontem para a dificuldade de conceituação, Minayo e Souza (1998), assumem que violência pode ser concebida

“como o evento representado por ações realizadas por indivíduos, grupos, classes, nações, que ocasionam danos físicos, emocionais, morais, e ou espirituais a si próprio ou a outros.” (p.514)

Arendt (2001) argumenta que a violência possui um caráter instrumental, ou seja, é um meio que necessita de orientação e justificação dos fins que persegue. A autora afirma que a violência destrói o poder, não o cria. Deste modo, caracteriza a violência como instrumental, diferenciando-a do poder. Poder, em síntese seria a capacidade de agir em conjunto, em concerto, nunca é propriedade de um indivíduo, pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo se mantém unido. Diferencia ainda, de vigor, que é algo da ordem do singular, como no caso do vigor físico de um indivíduo, da força, que seria a energia liberada por movimentos físicos ou sociais e da autoridade – o reconhecimento inquestionado que não requer nem coerção nem persuasão, e que não é destruído pela violência, mas pelo desprezo.

“(…) a violência multiplica, com os instrumentos que a tecnologia fornece de maneira cada vez mais exponencial, o vigor individual. Por isso a forma extrema de violência é o um contra todos. E esta nunca é possível sem instrumentos(…) (Arendt, 2001, p. 32-7)”.

Já para Denisov (1986), violência é um conceito multifacetado em função de suas características externas - quantitativas - e internas - qualitativas - encontrando sua expressão concreta no fato de que indivíduos, grupos, classes e instituições empregam diferentes formas, métodos e meios de coerção e aniquilamento direto ou indireto (econômico, político, jurídico, militar) contra os indivíduos, grupos, classes e instituições, com finalidade de conquistar ou reter o poder, conquistar ou preservar independência, obter direitos ou privilégios.

Domenach (1981), argumenta que a violência está inscrita nas relações sociais, não podendo ser considerada apenas como uma força exterior se impondo aos

indivíduos e às coletividades, havendo desta forma, uma dialética entre vítimas e algozes.

Bock, Furtado e Teixeira (1999) com base na psicanálise procuram compreender a violência como o uso **desejado** [grifo dos autores] - consciente ou inconsciente - da agressividade, com fins destrutivos. Afirmam que a agressividade é constitutiva do ser humano e, ao mesmo tempo, afirmam a importância da cultura e da vida social, como reguladora dos impulsos destrutivos. Essa função controladora ocorre no processo de socialização, no qual espera-se que, a partir do estabelecimento de vínculos significativos, o indivíduo passe a internalizar os controles, deixando de ser necessário, portanto, o controle externo, embora em todos os grupos sociais existam mecanismos de controle e/ou punição dos comportamentos agressivos. Assim, seria necessário compreender como a organização social estimula, legitima e mantém algumas modalidades de violência.

Chauí, (1984) ao discorrer sobre a violência procura defini-la como uma *realização determinada das relações de força, tanto em termos de classes sociais quanto em termos interpessoais*. Argumenta que:

*(…) em lugar de tomarmos a violência como violação e transgressão de normas, regras e leis, podemos considerá-la sob dois outros ângulos. Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, **como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa** [grifos nossos]. Essa se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência. (Chauí, 1984, p.35)*

Diante da polissemia que o conceito de violência encerra, tem sido proposto pensar-se a violência a partir de três dimensões (Vilela, 2000):

a **violência estrutural** [grifos nossos], onde o sujeito é destituído dos seus direitos em função do modo particular como se estrutura uma dada sociedade. Alguns dos vetores da violência estrutural são: a pobreza, a desigualdade, o racismo, o sexismo e a intolerância, **a violência institucional** [grifos nossos], que se explicita na reprodução, pelas instituições, dos processos de exclusão social que têm por base a violência estrutural, e **a violência intencional** [grifos nossos], onde voluntariamente um sujeito perpetra a sujeição do outro.(Vilela, 2000, p.22)

Estes autores, compartilham da valorização dos aspectos sociais e históricos na compreensão da violência, opondo-se à postura dos sócio-biólogos que a explicam como um fenômeno inerente à natureza biológica humana, como Lorenz (1979), que estuda a agressividade como um componente da violência, concebendo-a como pertencente à ordem dos instintos e, como tal, exercendo uma função positiva na adaptação e na evolução da espécie. Argumenta que no nível filogenético o instinto agressivo tende a estruturar as relações sociais fazendo-as evoluir para o intercâmbio e a comunicação: é um instinto de vida que organiza as relações dos seres vivos por meio de seus confrontos.

Ainda com relação aos aspectos biológicos na gênese da violência, Connell (2001), no seminário 1 sobre *Homens e Violência*, rebate a argumentações de autores que buscam naturalizar a violência masculina baseados em explicações genéticas e humorais, sobretudo a especificidade do papel da testosterona que tornaria o “cérebro masculino” um locus privilegiado para a agressividade e a violência. Como salienta o autor, estes argumentos só servem para reforçar a idéia de uma “masculinidade natural”, sendo utilizados como desculpa à violência dos homens. Ao se posicionar deste modo, Connell não desconsidera a influência dos aspectos biológicos, mesmo porque a violência possui uma dimensão físico-corporal. Porém, o argumento central do autor é que as diferenças reprodutivas entre homens e mulheres, isoladamente, não causam violência e que o processo social e a conduta individual estão sempre envolvidos. Para entendermos a permanência dos envolvimento específicos dos homens em situações de violência, é necessário olharmos as diferentes situações sociais nas quais homens e mulheres são colocados nas sociedades.

Diante da diversidade de posicionamentos teóricos, divergentes em alguns aspectos, convergentes em tantos outros, impõe-se a necessidade de interpretarmos a violência em suas várias faces, fundamentalmente apoiados na interdisciplinaridade. Para finalizar, nos valem do que Boulding (1981:267), assinala: *as crueldades mais apavorantes se articulam com a violência escondida e naturalizada no cotidiano.*

Referências bibliográficas

AGUDELO, S. F. La violencia: un problema de salud publica que se agrava en la región. *Boletín Epidemiológico de la OPS* 11: 01-07, 1990.

ARENDETT, H. *Sobre a Violência*. 3 ed. Relume-Dumará, Rio de Janeiro, 2001.

BOULDING, E. Las mujeres y la violencia social, p. 265-279. In *La violencia y sus Causas*. Unesco, Paris, 1981.

BOCK, AMB., FURTADO, O.; TEIXEIRA, MLT. Agressividade e violência: o enfoque psicológico In: *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. Saraiva, 13 ed., São Paulo, 1999.

CONNELL, RI. Austrália, 2001. Texto disponível na Internet: http://www.un-instraw.org/es/research/mensroles/vss/vss_1_3.html

CORBISIER, R. Raízes da violência Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: *Perspectivas antropológicas da mulher*, n.04. Rio de Janeiro, Zahar, 1984.

DENISOV, V. *Violencia Social: Ideologia y Politica*. Editorial Progreso, Moscou, 1986.

DOMENACH, J.M. La violencia, p. 33-45. In: *La violencia y sus Causas*. Unesco, Paris, 1981.

LORENZ, K. *A agressão: uma história natural do mal*. 2 ed., Moraes, Lisboa, 1979.

MINAYO, MCSS; SOUZA, ER. Violência e Saúde como um Campo Interdisciplinar e de Ação Coletiva. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, p. 513-531, nov. 1998 - Fev. 1998.

É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, v.4, n. 1, p. 7-23, 1999.

MICHAUD, Y. *A violência*. São Paulo. Ática, 1989.

ODALIA, N. *O que é violência*. São Paulo. Brasiliense 2 ed. 1983.

RIFIOTIS, T. Dilemas éticos no campo da violência. *Comunicação & Educação*, (13): 26-32, set./dez., 1998

VILLELA, WV. Primeiro seminário saúde e violência: experiências e propostas. *Boletim do Instituto de Saúde*, n. 25, p. 22-23, dez. 2000.

